

# A mudança no caráter da exportação de capital: imperialismo clássico e o pós-guerra

*Millena de Pinho Moraes Alves<sup>1</sup>*

## Resumo

A partir dos autores que investigavam o imperialismo no final do século XIX e início do século XX e aqueles que analisaram o imediato pós Segunda Guerra Mundial e que propunham a atualização do debate clássico, o objetivo do trabalho é entender as principais diferenças na forma e no caráter da exportação de capital dada as mudanças no sistema capitalista. Dessa forma o artigo se baseia em teóricos como Nikolai Bukharin, Rudolph Hilferding e Vladimir Lenin para entender o momento de expansão capitalista em que a exportação de capital ganha força como forma de reproduzir os interesses de valorização capitalista. As mudanças no após guerras trouxe um cenário diferentes daquele do imperialismo clássico, recriando a exportação de capital como forma de domínio e controle dos mercados periféricos, para expor tal mudança nos atrelaremos em Barrat Brown, Harry Magdoff e Stephen Hymer.

**Palavras-chave:** exportação de capital, imperialismo, monopólio

## Abstract

From the authors who investigated imperialism in the late 19th and early 20th centuries and those who analyzed the immediate post-World War II period and proposed the updating of the classical debate, the aim of this paper is to understand the main differences in the form and character of capital exports given the changes in the capitalist system. Thus, the paper bases itself on the theories of Nikolai Bukharin, Rudolph Hilferding and Vladimir Lenin to understand the moment of capitalist expansion in which the export of capital gains strength as a way to reproduce the interests of capitalist valorization. The post-war changes brought a different scenario from that of classic imperialism, recreating the capital export as a form of domination and control of peripheral markets, in order to expose such change we will trace ourselves to Barrat Brown, Harry Magdoff and Stephen Hymer.

**Keywords:** capital export, imperialism, monopoly

## 1. Introdução

A exportação de capital esteve presente em quase todas as fases da história do capitalismo<sup>2</sup>, afirma Bukharin (1988). Mas foi no imperialismo que este fenômeno assumiu grande importância, criando um novo tipo de relação econômica entre os países ao redor do mundo. Segundo Hilferding (1985), o desenvolvimento do capital financeiro e sua necessidade de expansão e valorização por todos os territórios do globo é o que articula e produz todo terreno que a exportação de capital precisa.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia UNICAMP, área de concentração História Econômica.

<sup>2</sup> A questão da cronologia da exportação de capital é debatida entre diversos teóricos, também entrando no mérito da diferenciação dos anos segundo o país de origem desses capitais. Ao entrar especificamente neste ponto, Brown (1978, p. 1974) afirma que “[...] a expansão tanto dos territórios como da exportação de capital ocorreu simultaneamente para a Grã-Bretanha na década de 1860 e para França nas décadas de 1870-1890, enquanto que a expansão territorial alemã precedeu suas exportações de capital. Além disso, a maior parte da expansão britânica, tanto de território quanto de exportação de capital, ocorreu antes do “estágio monopolista” que seguir à grande depressão (Gallagher e Robinson, 1953, pp.1-15). [...] Devemos concluir que houve uma certa associação cronológica entre a exportação de capital e o processo de concentração industrial no fim do século XIX[...]”

Em concordância, Bukharin (1988) afirma que política de expansão e conquista de novos territórios possui três objetivos principais: o acirramento da concorrência na busca de escoadouros de mercadorias, de mercados e de matéria prima, e assim conduzem para um novo momento do desenvolvimento do capitalismo e sua conversão em capital financeiro.

Nas palavras de Hilferding (1985, p. 296) A exportação de capital é “a exportação de valor destinado a gerar mais-valia no exterior”, mas para que este fenômeno aconteça é necessário que a riqueza gerada permaneça à disposição do capital interno, ou seja, o capital investido deve permanecer a disposição do país investidor e os capitalistas nacionais podem usufruir desta riqueza gerada pelo capital estrangeiro. A exportação de capital é, à vista disso, uma característica crucial de reprodução dos interesses da valorização capitalista. De acordo com Bukharin (1988), o principal pressuposto para exportação de capital é poder empregar este capital em território estrangeiro e com isso, obter uma taxa de lucro mais elevada do que aquela que pode ser adquirida em território nacional.

Um dos primeiros momentos da manifestação da exportação de capital que chama atenção dos teóricos é em meados do século XIX<sup>3</sup>, na Inglaterra. A revolução do sistema de transporte deu maior importância a exportação de capital, sobretudo as ferrovias foram imprescindíveis para a abertura do mercado estrangeiro. As taxas de lucro se elevaram, grandes espaços econômicos foram criados e com isso enormes estabelecimentos modernos, produzindo um acúmulo de excedente de capital. A Inglaterra passa a exportar esse capital, assegurando seu monopólio, dominando o mercado mundial e participando ativamente das fusões de capitais nos Estados Unidos, Alemanha e França.

O monopólio inglês, entretanto, foi quebrado com o estabelecimento das indústrias desses países os colocando como fortes concorrentes. A evolução do capital financeiro nesses países estimulou a exportação de capitais. Destarte, o caráter desse fenômeno se altera a partir do final do século XIX e início do século XX e passa a ser peça fundamental do novo estágio capitalista que se constitui nesse momento, o imperialismo. É o capital financeiro que cria as condições necessárias para que a exportação de capital seja capaz de atravessar todas as barreiras físicas, e por isso que a conexão entre eles é a maior singularidade nesse novo caráter da exportação de capital.

De acordo com Lenin (2008), nota-se a partir deste momento, uma mudança na formação de monopólios ao redor do mundo, primeiro, pela união de monopólios de vários países desenvolvidos, segundo, pela situação monopolista dessas nações, onde a acumulação de capital atinge proporções gigantescas, acarretando um processo de concentração do capital, em que os capitalistas dispersos

---

3 HOBBSAWM, Erick J. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

passam a ser poucos, porém, articulados em grandes grupos. Dessa maneira, origina-se uma nova etapa do sistema capitalista de produção, o capitalismo monopolista.

Com o avanço desse processo, os capitais monopolistas passam a dominar boa parte do comércio mundial, uma vez que a livre concorrência é substituída por cartéis e trustes e o excedente de capital gerado busca por novas formas de aplicação. “Constitui parte da essência dos negócios, controlar seu próprio mercado e operar, tanto quanto possível, como se todo o globo fosse seu campo de caça primitivo” (MAGDOFF, 1979, p. 111-112). Por isso, Hilferding (1985) aponta que a forma encontrada por essas organizações para aumentar as taxas de lucro foi a exportação dessas altas somas de capital acumuladas para a periferia do sistema capitalista.

O resultado, sob a ótica do capital financeiro originário de poucos países, é o mundo repartido entre as grandes potências com domínio econômico e político direto dos países atrasados através da exportação de capitais, aumentando a necessidade de proteção e até eliminação da concorrência econômica nestas áreas. Nessa forma mais avançada de internacionalização, o capital financeiro é capaz se espalhar por todo o mundo com a força suficiente para dominar mercados e nações, sem grandes obstáculos, afirma Lenin (2008). Mas quanto mais o capitalismo avança mais perigosa torna-se a rivalidade entre os grandes Estados capitalistas na busca de novos territórios, mais “sem limites” se torna a disputa por novos campos na valorização de seu capital. Nesse sentido, Lenin comenta que não haveria outra forma de eliminar as desproporções criadas se não a guerra entre as grandes potências.

No período entre e guerras e pós guerra os EUA, segundo Campos (2015), assumem a posição hegemônica, e se tornam, nessa nova fase de expansão imperialista, o responsável para sua ampliação, se apresentando como principal articulador econômico, político e militar. O domínio norte americano se deu, conforme o autor, desde as compensações monetárias até a distorção dos padrões de consumo e a disseminação de valores políticos e culturais, principalmente nos países periféricos. Os EUA criaram, assim, uma rede imperialista, articulando um sistema internacional de regras para circulação de bens e capital de acordo com seus interesses como potência hegemônica<sup>4</sup>. Mas tal hegemonia só foi possível dado a diversos fatores que perpassam desde o cenário geopolítico, a acordos e instituições financeiras internacionais a seu favor, até o crescimento de suas grandes corporações.

As grandes empresas, em especial as norte americanas, com o aumento da concorrência entre elas assumiram novas formas organizacionais com a instalação de filiais e subsidiárias. A característica dessas firmas buscar o controle de fontes de matérias primas existente e potenciais e de mercados, com o intuito de proteger sua posição dominante e assim assegurar suas oportunidades de

---

<sup>4</sup> CAMPOS, Fabio. “Imperialismo e internacionalização dos mercados latino-americanos nos anos 1950”, Revista Economia Ensaios, Uberlândia, 30 (1), p. 07-34, Jul./Dez. 2015.

investimentos lucrativos. Um movimento de internacionalização da produção, ao mesmo tempo que uma transferência da criação de valor dessas empresas. Essa nova forma de exportação de capital é o caracteriza esse momento pós guerra, dessa vez via investimento direto estrangeiro por parte das grandes multinacionais tanto britânicas quanto principalmente das norte-americanas.

Ao longo deste texto mostraremos as principais mudanças da exportação de capital nesses dois momentos e assim, como a forma assumida pela exportação de capital no segundo momento é capaz de qualificar um novo estágio imperialista. Para tanto a primeira parte deste artigo busca-se entender o cenário em que a exportação de capital ganha forma fundamental desse estágio imperialista e com isso qual seu papel da expansão capitalista. Na segunda parte é elaborada as mudanças no sistema capitalista e com isso a mudança no papel e no caráter da exportação de capital.

## **2. Exportação de Capital no final do século XIX e início do século XX**

Se no final do século XVIII até 1860/70 a Inglaterra experimentou uma hegemonia isolada na produção e exportação de manufaturados, as décadas que se seguiriam até as vésperas da Primeira Grande Guerra marcaria a ascensão de outras potências industriais e com isso a consolidação de uma nova fase capitalista. Com suas indústrias desenvolvidas, países como EUA, Alemanha, França, Rússia e Japão, além de outros como a Holanda e a Bélgica passaram a concorrer com a Inglaterra na produção e exportação de manufaturados (Hobsbawm, 2000). Com estruturas de mercado distintas do modelo inglês, essas indústrias eram caracterizadas pela concentração de capital, assumindo o formato de trustes e cartéis, sendo a forma da sua propriedade às sociedades anônimas. Dessa forma, alcançavam níveis de produção e expansão das forças produtivas nunca antes imaginados – principalmente com relação ao aço, eletricidade, química industrial e petróleo –, baseada em novas e revolucionárias tecnologias, que levaram alguns autores a chamar esse período de Segunda Revolução Industrial. Porém, a busca por reproduzir em escala ampliada o processo de acumulação de capital resultou numa superprodução generalizada de mercadorias, tornando o que Hobsbawm (2000) considera a primeira grande depressão de lucros da história do capitalismo industrial.

A Inglaterra perdia o monopólio da produção industrial no mundo capitalista, e a tendência ao livre cambismo no mercado mundial começava a ser substituída pelo protecionismo; a livre concorrência, nos países capitalistas, ia dando lugar a um rápido processo de centralização de capitais e ao surgimento do monopólio, ao mesmo tempo que um novo padrão tecnológico ia sendo gestado. (OLIVEIRA, 2002, p. 236)

A chamada “Grande Depressão” representou o fim de um longo período de prosperidade e hegemonia da Inglaterra. No plano financeiro significou a falência em cascata das empresas tanto britânicas quanto de outros países. No caso inglês, para Hilferding (1985), ainda que existissem empresas em forma de sociedades anônimas, como o caso das companhias de ferro, as organizações das empresas ainda eram predominantemente indústrias pequenas e de capital individual, o que fez com que no momento de crise muitas dessas empresas fossem a falência, favorecendo o monopólio

das grandes empresas que tinham forças suficientes para enfrentar tal situação. Nasce, assim, uma nova forma de organização empresarial generalizada, em que foram abandonadas as indústrias individuais, e inicia-se uma fase dominada por sociedades por ações em que os bancos sustentam parte dessas empresas e atuam como representantes nas tomadas de decisões destas.

O avanço da França, Alemanha e EUA na dinâmica capitalista, fez com que surgissem novos planos internacionais para indústria e para os produtos ingleses, levando a concorrência cada vez mais acirrada entre esses países, incluindo a Inglaterra. As dinâmicas criadas nesses novos padrões econômicos levaram a uma mudança no sistema capitalista. O que antes, no período da Revolução Industrial e até então predominava, de acordo com alguns autores como Oliveira (2002), era a livre concorrência, já no final do século XIX e início do século XX passa a ser um período de intensificação dos processos de fusões e aquisições de capitais, o que resultou em uma nova etapa: o capitalismo monopolista<sup>5</sup>.

Os monopólios criaram a grande produção eliminando as pequenas, concentraram a produção e o capital na mão de poucos, construíram e deram forças aos cartéis e os trustes, e criaram os saltos ainda maiores de desigualdades entre os países<sup>6</sup>. O monopólio de poucos países desenvolvidos com grande acumulação de capital criou um enorme excedente de capital nesses países. Essa foi a mudança fundamental, segundo Lenin (2008), para que o capitalismo se transformasse em imperialismo capitalista<sup>7</sup>: a substituição da livre concorrência pelos monopólios capitalistas.

A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trustes e, fundindo-se com eles, o capital de não mais que uma dezena de bancos que manipulam bilhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para uma ordem superior.<sup>8</sup> (LENIN, 2008, p. 87)

---

<sup>5</sup> Para Lenin (2008) a formação de monopólios só foi intensificada de fato a partir dos anos 1900, por isso, a era dos monopólios só se deu a partir do século XX.

<sup>6</sup> LENIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: Fase superior do capitalismo*. 4 ed. São Paulo: Centauro, 2008. Cap. IV.

<sup>7</sup> Segundo Lenin, se fosse possível fazer uma breve definição do imperialismo, seria a fase monopolista do capitalismo, “Mas as definições excessivamente breves, se bem que cómodas, pois contém o principal, são insuficientes. já que e' necessário extrair delas especialmente traços muito importantes do que e' preciso definir. [...] convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3. A exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.” (LENIN, 2008, p. 88)

<sup>8</sup> De acordo com o autor “Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, deveria se dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo” (LENIN, p. 87, 2008). O autor, entretanto, ressalta que nenhuma definição muito breve é suficiente, por isso descreve o imperialismo em cinco características (em termos puramente

Segundo Lenin (2008), a partir do momento que há grande concentração de capitais, há uma necessidade inerente de exportá-lo para conquistar novas áreas de valorização, bem como uma mudança nas organizações empresariais e a necessidades de grandes investimentos industriais, fazendo com que o papel dos bancos se modifique drasticamente. De acordo com o autor, conforme as operações bancárias se concentram na mãos de poucos estabelecimentos, os bancos se transformam em “monopolistas onipotentes” e asseguram assim em suas mãos o capital-dinheiro da grande maioria dos patrões, bem como os meios de produção e fontes de matérias primas de não apenas um, mas diversos países. “Esta transformação dos numerosos modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista.” (LENIN, 2008, p. 31). Os bancos, não somente britânicos, foram capazes de dominar grandes ações e partes de indústrias no mundo inteiro, expandindo cada vez mais seu poder de controle que só são possíveis a partir da exportação de capital.

A consolidação desse período se dá, de acordo com Hilferding (1985), no estabelecimento de grandes potências financeiras capitalistas: Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha. Esta onda de expansão determinou assim quais seriam as economias industrializadas que dominariam, e disputariam, a fase monopolista imperialista. O que se coloca, portanto, no final do século XIX e início do século XX é um período de virada, em que os monopólios colocam como hegemônico o processo de acumulação de capital e passam a dominar todo solo europeu e norte-americano.

Este momento é fortemente marcado pela substituição da concorrência entre capitais de pequeno e médio porte por trustes, carteis, monopólios, união do capital bancário e industrial e a disputa de poderes entre as nações industrializadas. Segundo Lenin (2008), o desenvolvimento desigual das empresas, dos diferentes setores industriais e dos países são marcas necessária do capitalismo, mas se afluem nessa fase. Há um acirramento do movimento de expansão dos processos nacionais de acumulação em busca de novos mercados consumidores e de matérias-primas sobre áreas nas quais o capitalismo ainda não estava desenvolvido e a maneira mais sutil de alcançar tais objetivos era através da exportação de capital. Dessa forma, “A exportação de capital agrava consideravelmente as relações entre grandes potências” e o desenvolvimento do capitalismo mundial traz consigo a formação de grupos nacionais estreitamente ligados entre si “armados até os dentes e prontos, a qualquer momento, a lançar-se uns sobre os outros” (BUKHARIN, 1988, p. 97).

É nesse ponto em que Lênin (2008) se apoia ao caracterizar os objetivos da exportação de capitais nesse momento. Segundo o autor, a exportação de capitais tem como objetivo principal de

---

econômicos): “1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5. Termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes” (LENIN, 2008, p.88)

obter “superlucros coloniais”, e seu sentido está na concorrência entre os grandes Estados capitalistas em busca de controle de mercados e fontes de matérias primas. Nesse contexto, os países atrasados oferecem o benefício de proporcionarem lucros elevados dado a escassez de capitais, a mão de obra e matéria prima baratas e o baixo preço das terras, se tornando o principal foco nas exportações de capitais.

A exportação de capital nesse momento está profundamente associada a exportação de bens de capital. Na Inglaterra em si, esse caráter de exportação se tornou cada vez mais importante nas exportações totais do país. Desde a exportação de capital para as ferrovias, que concomitantemente estimulou o mercado dos trilhos, locomotivas, carros, outros produtos de ferro, aço e indústria de máquinas, a relação direta com a exportação de bens de capital já estava clara. Já neste momento a exportação de capital das grandes empresas capitalistas se faziam na forma de investimento estrangeiro. Segundo Magdoff (1979), a rede de comércio e investimento concebido pelas grandes nações avançadas é a base dos mercados financeiros internacionais. É a forma de penetrar no mercado externo, conseguir vantagens e aumentar seu poder frente a concorrência internacional.

Esse estágio do imperialismo, baseia-se, segundo o autor, em diversos fatores, mas a principal dela é que as indústrias que buscam o suprimento de matérias primas como petróleo e mineiros e isso exige altas somas de capital para exploração e desenvolvimento de fontes estrangeiras bem como capital suficiente para efetuar empréstimos e permitir que se construa as facilidades necessárias de transporte e comunicação. Outro fato é o estabelecimento e crescimento de grandes companhias por ações, as bolsas de valores e outras instituições que facilitaram seu desenvolvimento. Por último, mas de extrema importância pois perpassa e fortalece no pós guerra, é a expansão de empresas gigantes que avançam ainda mais os monopólios<sup>9</sup>.

As gigantescas corporações externas podem fazer sentir seu peso quando se trata de controlar seus próprios mercados internos ou seus mercados preferenciais – tais como os das colônias, dependências ou “esferas de influência”. Podem também empregar sua força política para estabelecer tarifas protecionistas e outras barreiras contra os estrangeiros. Por esses motivos é que a capacidade de competir em outros países e de exercer a espécie de controle de mercado necessária às corporações gigantescas exige um programa de investimento. Além disso, esse procedimento tornou-se mais realizável na época do Grande Negócio, graças às enormes massas de capital à disposição das grandes corporações, provindas ou de seus

---

<sup>9</sup> Segundo Magdoff (1978, cap 6) O interesse no investimento direto estrangeiro assume formas distintas nesse estágio. Grande quantidade de indústrias baseadas em grandes inovações tecnológicas surgiram nas disputas concorrenciais, com escalas de produção ainda maiores, exigindo consigo maior concentração e centralização do capital. Os processos industriais requeriam progressivamente a presença da ciência, isso estimulou a aplicação de investimento em pesquisa e desenvolvimento. A produção dessas novas indústrias criou também novas demandas por diferentes matérias primas, requisitando novas buscas por territórios e fontes de recursos naturais. Com a expansão dessas indústrias o mercado mundial alcançou o que naquele momento representou o auge da integração, áreas consideradas auto-suficientes foram colocadas como complementares e um único sistema multilateral de pagamentos internacionais foi consolidado. O Estado assumiu um papel mais importante e presente na defesa das grandes corporações nas disputas e conflitos internacionais, com tarifas protecionistas e outras barreiras comerciais. Todos esses fatores refletiram na pressão das grandes empresas em busca de aumentarem suas operações no exterior.

próprios lucros ou do que conseguem mobilizar com a cooperação das instituições financeiras. (MAGDOFF, 1978, p. 37)

Para Lenin (2008), a maior particularidade do capitalismo moderno é a dominação capaz de ser exercida pelos grandes monopólios, reunindo em suas mãos todas as fontes de matérias primas e se esforçando para eliminar todas as possibilidades de concorrência para adquirir todas as vantagens de terras, mão de obra e matéria prima. O forte crescimento dos monopólios é, nas palavras de Magdoff (1978), o que motivou a aceleração da exportação de capital sob a forma de investimento direto estrangeiro. Quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais escassas e disputáveis se torna o domínio das fontes de matérias primas, mais estreita e perigosa se torna a concorrência dos grandes monopólios na busca de novas colônias e com isso a exportação de capital através do investimento estrangeiro se torna mais vantajoso.

Simultaneamente ao ampliar os territórios econômicos na busca da expansão de seus lucros, os países europeus industrializados, e os Estados Unidos, expandiram também suas medidas protecionistas para garantirem o monopólio dos novos territórios ocupados. Na visão de Hilferding (1985, p. 294-295) o protecionismo é peça chave para expansão desses países na busca por novos territórios de valorização. Ao contrário do livre comércio, o protecionismo favorece os cartéis – pelas possibilidades de exploração – e proporciona as indústrias capazes de cartelização o monopólio interno do mercado. O protecionismo transpõe-se também como uma forma de estimular a exportação de capital via investimento estrangeiro, por assim ser possível ultrapassar as barreiras comerciais e tarifárias.

Segundo o autor, a adoção das medidas protecionistas só acentua a expansão de capitais, uma vez que, centraliza os capitais ociosos na mão dos bancos, que a partir de sua união com as indústrias, submete o emprego desse capital no setor industrial, acelerando ainda mais o fenômeno de exportação de capital<sup>10</sup> em todas suas formas<sup>11</sup>, afinal, quanto maior o território ocupado maiores as possibilidades de aplicações rentáveis e maior capacidade frente a concorrência mundial. A exportação é, nesse sentido o meio para compensar as taxas de lucro nacionais e o nível do lucro a ser proporcionado vai depender do grau de desenvolvimento capitalista em que o capital será exportado. Quanto menos desenvolvidos, com políticas creditícias e organizações bancárias falhas,

---

10 “Entendemos por exportação de capital a exportação de valor destinado a gerar mais-valia no exterior. Nisso é essencial que a mais-valia fique à disposição do capital interno. [...] Somente se pode falar em exportação de capital quando o capital empregado no exterior permanece à disposição do país investidor e quando os capitalistas nacionais podem dispor da mais-valia produzida por esse capital no estrangeiro. Esse capital forma então uma partida do “balanço da dívida ativa” nacional, a mais-valia anualmente vencível no balanço de pagamentos. Portanto, a exportação de capital reduz a quantidade nacional de capital e aumenta a renda nacional pela mais-valia produzida.” (Hilferding, 1985, p. 296)

<sup>11</sup> Do ponto de vista do país exportador, a exportação pode dar-se de duas formas: o capital emigra ao estrangeiro, como capital produtor de lucro ou de juros. Neste último caso, pode ainda atuar como capital industrial, bancário ou comercial. Do ponto de vista do país ao qual se destina o capital exportado, importa saber de que partes da mais-valia é pago o juro. O juro a ser pago pelos títulos hipotecários que se encontram no estrangeiro significa que uma parte do rendimento vai para o estrangeiro, e o juro a ser pago pelas obrigações das empresas industriais significa que uma parte do lucro industrial vai para o estrangeiro. (Hilferding, 1985, p.296)

maiores as taxas de juros e com isso, a taxa de lucro. Contudo, torna-se mais atrativo aos países exportadores, exportarem capital para os países periféricos e menos desenvolvidos.

A exportação de capital acelera a colonização dos países estrangeiros e desenvolve amplamente suas forças produtivas. Ao mesmo tempo aumenta no interior a produção daquelas mercadorias que são enviados ao exterior como capital. [...] A exploração mais rápida ou mais lenta de colônias e novos mercados depende agora essencialmente de sua capacidade de servir como campo de aplicação de capital. Esta é, porém, tanto maior quanto mais rica for a colônia daqueles produtos cuja produção pode ser realizada de modo capitalista, cuja venda no mercado mundial seja garantida e que seja de importância para a indústria nacional. [...] Dessa forma, a exportação de capital volta-se sobretudo para as regiões mais aptas para produzirem esses produtos [...]. (HILFERDING, 1985, p. 296)

Quanto mais o capitalismo avança mais perigosa torna-se a rivalidade entre os grandes Estados capitalistas na busca de novos territórios, mais “sem limites” se torna a disputa por novos campos na valorização de seu capital. A exportação de capital é o meio mais simples de alcançar tais objetivos, pois a conquista de colônias, por meio dos monopólios é mais fácil de suprimir os concorrentes e garantir seus interesses, principalmente na forma de investimento estrangeiro. Essa base criada em cima do capital financeiro, a política e a ideologia que estão a ele conectados apenas reforçam a necessidade de domínios e conquistas coloniais. Os principais autores que teorizam sobre a exportação de capital acentuam a associação entre a expansão colonial como oportunidade para o excedente de capital, reafirmando assim a destinação das exportações de capitais para colônias.

Na perspectiva de Lenin (2008), o imperialismo torna-se uma busca incessante por conquistas territórios e a partilha o mundo, não se tratando apenas dos dois grupos principais de países: os que possuem coloniais e as colônias, mas se originam em diferentes formas transitórias de dependência estatal, como o caso de países que do ponto de vista formal e político gozam de uma certa independência, mas que na realidade estão completamente cobertos por uma dependência financeira e diplomática. Esses países passam a ser elos da cadeia de operações do capital financeiro ao redor do mundo.

O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais, que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa[...]. Mas, compreende-se, a subordinação mais lucrativa e cômoda para o capital financeiro é uma subordinação tal que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos. Os países semicoloniais são típicos, neste sentido, como caso intermédio. Compreende-se, pois, que a luta por esses países semidependentes se tenha forçosamente exacerbado, principalmente na época do capital financeiro, quando o resto do mundo já se encontrava repartido (LENIN, 2008, p. 80)

A concorrência entre os grandes blocos monopolistas, com interesses por vezes instáveis entre eles, se transforma em rivalidades entre os países economicamente mais avançados e suas grandes corporações. A partilha do mundo, passa em pouco tempo, de uma partilha entre poucos países detentores do capital financeiro para uma disputa entre as grandes potências, com armas concorrências cada vez mais fortes e perigosas o objetivo de garantir seus espaços de valorização. Os Estados Nacionais são requisitados para fortalecerem em momentos de perigosa concorrência e

passam a intervir utilizando o for necessário para manter o domínio desses territórios, seja eles por diplomacia ou mesmo por força direta.

“no terreno do capitalismo, que outro meio poderia haver, a não ser a guerra, para eliminar a desproporção existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital, por um lado, e, por outro lado, a partilha das colônias e das esferas de influência do capital financeiro?” (LENIN,2008, p. 97)

Lenin (2008), cria em seus escritos, uma relação estreita entre o capital financeiro – com sua monstruosa força material e potência financeira – e com ele a criação dos enormes monopólios trazendo consigo seus princípios de transações vantajosas. A exportação de capital funciona como forma direta ou indireta de alcançar o domínio de diferentes territórios – na busca por matérias primas, terras e mão de obra barata – capaz de subordina-los e subjuga-los aos seus interesses e a relação de dependência nisso fortificada entre os países economicamente avançados e os países atrasados. Contudo, o imperialismo representa o auge das contradições entre a expansão e desenvolvimento das forças produtivas a apropriação privada de toda riqueza criada mundialmente.

A exportação de capital para novos territórios se tornou a principal forma de expansão capitalista nesse estágio imperialista considerando-o aqui como seu período clássico. Esse período é marcado pela busca de novos espaços de valorização e oportunidades lucrativas por parte do excedente de capital consolidado nos países desenvolvidos naquele momento. Dado contexto de intensificação da rivalidade imperialista no final do século XIX e início do século XX, o sentido da exportação de capital para periferia do sistema se dá como forma de reproduzir os interesses de valorização capitalista. Mas a sua forma se altera com as mudanças no capitalismo no período entre guerras e o novo padrão de acumulação capitalista estabelecido.

### **3. A exportação de capital no imediato pós guerra**

No período entre guerras e no pós guerras o poder financeiro começa a se deslocar para as grandes companhias conglomeradas, fortificadas com a oferta de fundos estatais para indústria e ao final da II Guerra Mundial, com maiores lucros com a expansão rearmamentista. À essas empresas, segundo Brown (1978) acrescentam-se o crescimento da administração científica capaz de proporcionar as companhias individuais os recursos para autofinanciamento e o desenvolvimento de sua organização. O processo de concentração da produção entre as grandes firmas acelerou-se ao longo dos de 1920 a 1960 e a grande empresa moderna passa a ser, à luz de autores marxista, o novo agente imperialista.

Mas cabe entender a mudança no cenário mundial que consolidou um novo padrão de acumulação capitalista e possibilitou também a mudança na forma e no caráter da exportação de capital. A maior mudança no imediato pós II Guerra é a consolidação dos Estados Unidos como hegemonia política, econômica e militar, passando a serem os maiores organizadores e líderes no jogo das disputas imperialistas. Essa consolidação foi resultado de diversos fatores que perpassaram

desde o contexto geopolítico, a presença de suas forças armadas instaladas em diversos países exercendo certa influência, de sua forte indústria armamentista e as grandes empresas em geral agora espalhadas por todo o globo, das políticas externas à agências e acordos internacionais.

O contexto geopolítico antes mesmo da II Guerra Mundial já marcou traços importantes para expansão imperialista ao redor do globo. A revolução Russa trouxe à tona a necessidade, por parte das grandes potências, de reconquistar parte do mundo que conseguiu se distanciar do imperialismo e de tentar evitar que novos países entrassem nessa situação. Era preciso manter as vantagens econômicas e financeiras criadas com as políticas coloniais imperialistas e para isso era fundamental manter a dependência criada entre esses países e o centro metropolitano. Com o fim da II Guerra, com a expansão do socialismo, a missão de reconquistar territórios perdidos se tornara urgente. Portanto, a este ponto, a reconquista poderia ser por qualquer meio, política, econômica ou mesmo militar<sup>12</sup>.

Os Estados Unidos nesse momento, adotaram políticas rígidas e autoritárias frente a Rússia nesse momento, assumindo papel central nas políticas externas militar e diplomáticas frente aos demais países capitalistas, conforme afirma Pereira (2018). A expansão do socialismo no leste europeu e no sudeste asiático, bem como os problemas socioeconômicos enfrentados pelas nações avançadas e o movimento de libertação das colônias, segundo o autor, pressionaram os Estados Unidos a necessidade de fortalecer novamente os centros capitalistas. Para isso, a integração e o revigoramento dos países europeus eram fundamentais. Segundo Baran & Sweezy (1966, p.191-192) esse objetivo foi alcançado com a realização do Plano Marshall e da Doutrina Truman. O objetivo de fortalecer as nações capitalistas avançadas e de expandir o capital e os mercados, também esteve claro por de trás do sistema de pagamentos do Bretton Woods<sup>13</sup>.

A organização do sistema imperialista de após-guerra processou-se através das agências internacionais estabelecidas por volta do fim da guerra: Nações Unidas, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, em cada uma das quais os Estados Unidos conseguiram, por várias razões, exercer papel de líderes. O sistema foi consolidado através da UNRRA, do Plano Marshall e vários programas de ajuda econômica e militar financiados e controlados por Washington. (MAGDOFF, 1978, p. 43)

Nesse sentido, as políticas de reconstrução dos países europeus e mesmo da ordem econômica internacional criaram a base propícia para expansão do capital estadunidense e o acesso privilegiado aos recursos naturais e matérias primas. Por isso, Pereira (2018) afirma que a própria reconstrução da

---

<sup>12</sup> MAGDOFF, Harry. *A Era do imperialismo: a economia norte-americana*. São Paulo: Editora Hucitec, 1978. p. 42-48.

<sup>13</sup> Segundo Pereira (2018), a criação do sistema Bretton Woods foi uma das principais e fundamental estratégia guiada pelos Estados Unidos para criação de uma nova ordem internacional integrada que fosse ao encontro de seus interesses. “Ela [Bretton Woods] representou a satelitização da economia mundial em torno de sua própria economia e a institucionalização do Estado norte-americano como o garantidor do sistema de pagamentos internacionais, estabelecendo um vínculo de dependência de todas as nações capitalistas a seu sistema monetário/financeiro. Nestes termos, suas ações estiveram muito além de uma hegemonia complacente e condescendente” (PEREIRA, 2018, p. 64-65)

autonomia dos países avançados “veio a reboque” da construção do poder global dos Estados Unidos no plano tecnológico/cultural, monetário/financeiro e na disponibilidade de matérias primas.

As empresas norte-americanas não pararam enquanto as estratégias em favor do poder estadunidense eram consolidadas, pelo contrário, se aproveitaram excessivamente. Segundo Magdoff (1978), os bancos se aproveitavam para se espalhar ao redor do mundo inteiro, e a participação das firmas americanas na indústria petrolífera do Oriente Médio chega a 59% no pós-guerra, frente aos 10% anteriormente.

O imediato pós guerra e os anos que seguem é assim, intensamente marcado pelo crescimento das firmas, principalmente as norte-americanas. A presença das grandes corporações e instituições financeiras é um traço já existente na fase anterior imperialista, mas a dimensão da concentração do capital e o poder econômico na mão de poucas delas se tornou ainda mais intenso no pós guerra. Para Magdoff (1978) o que surge de novidade é que os Estados Unidos surgem entre o grupo de países com pouca faixa de matérias, sejam comuns ou raros. Os Estados Unidos passam de exportadores de minerais, antes da II Guerra, para dependentes tanto de minerais comum quanto de minerais raros. Com isso, maior a necessidade urgente desse país de exploração e controle de matérias primas no âmbito internacional.

Exercer o domínio sobre as fontes de matérias primas, incluindo aquelas em potencial desde o final do século XIX, início do século XX já fazia parte dos requisitos imprescindíveis para que as grandes corporações consigam se manterem incansavelmente forte frente a concorrência internacional e consigam expandir por todos territórios o globo. O controle das matérias primas é, segundo Magdoff (1978), é uma medida de proteção contra competidores ao mesmo tempo que pode ser uma arma ofensiva. Ao mesmo tempo que o domínio de matérias primas é capaz de dimensionar o tamanho da firma, quanto maior a mesma maior, maior a capacidade de explorar e desenvolver novas fontes em qualquer lugar do mundo.

A urgência de domínio é intrínseca ao negócio. No mundo dos negócios, avultam os riscos. Competição interna e externa, rápidas mudanças tecnológicas, de pressões, para só mencionar algumas, são ameaças, não só para taxas de lucros como para o próprio investimento de capital. Por isso, os negociantes estão sempre atentos às possibilidades de modificar a conjuntura, eliminando o risco, tanto quanto possível. Indústria após indústria, a batalha pela sobrevivência sempre foi uma batalha de conquista, da qual emergiram as corporações gigantescas melhor adaptadas ao seu ambiente. Seus usos e costumes são o resultado de um processo de adaptação à luta da sobrevivência e crescimento; esses usos e costumes integram-se às suas estruturas organizacionais e modos de proceder e à maneira de obter e manter a vitória. (MAGDOFF, 1978, p. 33)

Esse é o padrão dos grandes negócios manufatureiros, quanto mais bem sucedidos e mais lucrativos, maior é a conquista de mercados estrangeiros. Essa é uma característica fundamental das grandes empresas norte-americanas no pós guerra. É evidente que existem diversas dinâmicas e diversos tamanhos de negócios, mas é necessário entender a alta importância para o crescimento e notoriedade internacional das firmas, a captura de mercados estrangeiros. As características principais

da grande empresa moderna imperialista é a necessidade de monopolizar e controlar as fontes de matérias primas e mercados, manter sua posição dominante e garantir seu investimento. (Magdoff, 1978, cap. 2). Novamente a exportação de capital se coloca como aliada nesses objetivos, em especial para as grandes empresas. O investimento externo é o método mais eficaz tanto na conquista e domínio quanto a manutenção dos mercados externos. Segundo Magdoff (1978) além de ser utilizado como arma no controle e exploração de fontes de matérias primas, é notório que o investimento estrangeiro é a maneira mais instantânea de lidar com a competição e adquirir mercados mesmo naqueles países em que já existem grandes corporações.

Seguindo as mudanças políticas e militares, os Estados Unidos assumem como líder na exportação de capital pelo mundo. O aumento desse fenômeno se deu principalmente no aumento do investimento em empresas no estrangeiro, criando uma nova dimensão para a internacionalização do capital. Essa foi a parte mais importante na concorrência entre as grandes corporações ao redor do mundo inteiro na busca por novos mercados e fontes de matérias primas, a construção de fábricas e compras de negócios no exterior, as filiais e subsidiárias. É a expansão sem limites das empresas multinacionais, sua nova forma de organização e controle é que caracteriza um novo momento no capitalismo, mudando também o caráter da exportação de capital. Esse era o fator mais importante, segundo Magdoff (1979) dos investimentos dos EUA, o investimento direto em filiais e subsidiárias.

A diferença, neste novo momento de expansão das empresas multinacionais (EMN) é que ao invés de possuírem sucursais de comercialização, onde a organização e administração da empresa permanece em seu país sede, elas transferem a criação de valor ao criar unidades produtivas nos países receptores de capital. As razões para que essas multinacionais tomem a decisão de se instalarem no exterior são diversas, segundo Michalet (1984, cap, 4). Além da razão tradicional do próprio surgimento das multinacionais, que é a exploração de domínio de fontes de matérias primas, quatro outros motivos são enumerados: 1) a existência de disparidades nacionais; 2) a estrutura oligopólica dos mercados; 3) a vantagem tecnológica das empresas multinacionais e; 4) a diferença dos custos de produção. Ao instalarem filiais e subsidiárias as EMN conseguem superar problemas como das barreiras protecionistas, os custos de transporte, se aproveitando ainda mais da mão de obra barata presentes em países periféricos.

Os mercados estrangeiros se fecham às exportações, quer pela vontade de certos Estados em favorecer uma indústria nacional nascente – segundo o clássico modelo de substituição de importações –, quer porque as condições da concorrência internacional se tenham exacerbado. O meio de compensar os efeitos negativos de tais medidas sobre o volume dos negócios e o montante dos lucros consiste então em criar filiais de produção no país importador. (MICHALET, 1984, p. 167)

Mas seu objetivo principal passa a ser o atendimento direto dos mercados locais, mesmo que para isso seja necessária uma nova adaptação da produção segundo os interesses do mercado em questão. A estratégia produtiva em geral, dessa expansão das EMN's, segundo Michalet (1984) está

diretamente relacionado com a preocupação em se aproveitar das desigualdades de custos de produção entre uma região e outra e nisto se coloca mais uma vez a vantagem de se instalarem nos países subdesenvolvidos. Nesse sentido, no que tange a adaptação conforme o mercado em que se instalam, em especial na sua colocação em países periféricos, para se adaptar a este o principal mercado que as filiais tendem a buscar é o mercado de bens manufaturados, uma vez que o comércio internacional dos países subdesenvolvidos é dado basicamente da exportação de produtos primários e a importação de manufaturas. Por isso, esse novo fluxo de investimento direto estrangeiro passa ser, em sua maioria, direcionados a indústria de transformação e não mais associada a indústria de bens de capital.

Para Hymler (1983), a principal característica nesse processo de expansão das grandes empresas, é a ampliação e o aprofundamento do controle dos mercados periféricos por parte das multinacionais. Na visão do autor, a própria forma de organização dessas empresas ao se colocar nos países periféricos limitava não só a economia do país como seu papel na economia mundial, suas políticas internas e a própria cultura. Reforçamos aqui o que Lenin (2008) previa quanto a independência formal e política que determinados países gozavam mas que na verdade se tratava de uma profunda dependência financeira e diplomática de países centrais.

O sistema multinacional de empresas não parece, pois, conceder ao mundo nem a independência nacional nem a igualdade. Em compensação, mantém muitos países como filiais produtivas, não só quanto a suas funções econômicas, mas recorrendo a toda a gama dos papéis sociais, políticos e culturais. As subsidiárias das corporações multinacionais no país de operações e seus executivos principais desempenham um influente papel da vida social, política e cultural do país que os recebe. Contudo, estes indivíduos, quaisquer que sejam os seus títulos, ocupam, em última análise, uma posição secundária dentro da estrutura da empresa, e, em autoridade e horizontes, estão circunscritos a níveis inferiores de tomada de decisões. Os governos com os quais tratam tendem a assumir a mesma perspectiva intermediária dos administrados, já que esta é a única fonte de informações e ideias a que têm acesso. Nesse sentido, dificilmente se pode esperar que em tais países desperte a imaginação criadora necessária para aplicar a ciência e tecnologia aos problemas da miséria degradante. (HYMLER, 1983, p. 84)

Ao se localizarem nos mercados periféricos com subsidiárias e filiais as multinacionais se beneficiam tanto do menor preço da mão de obra quando a aproximação dos mercados para seus produtos, adquirindo com isso uma melhor posição competitiva e maior facilidade nas vendas. A consequência para os países periféricos, é que se antes os investimentos estrangeiros proveniente dos países centrais eram capazes de contribuir para exportação dos países subdesenvolvidos<sup>14</sup>, agora ao fornecer para o mercado interno acentuam, quanto aos efeitos dos pagamentos externos, os desequilíbrios crônicos e frequente do balanço de pagamentos desses países. Prado Jr. (1961, p. 195) complementa “Desequilíbrio esse que atua como fator limitante das próprias inversões, pois reduz e torna essencialmente precária a capacidade daqueles países [periféricos] de saldar regularmente seus débitos internacionais”.

---

<sup>14</sup> PRADO JR, Caio. *Esboços dos fundamentos da teoria econômica*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1961. Cap. 7.

O que antes era caracterizado como um domínio de fora para dentro por parte das empresas multinacionais se torna um domínio de dentro para fora que dificilmente é capaz de ser revertido. O investimento direto estrangeiro das EMN, em especial das norte-americanas, como principal forma de exportação de capital no pós guerra assume o papel de controle do mercado interno e das relações sociais dos países periféricos. A exportação de capital por este ângulo, mais que uma forma de controlar economicamente alguns países, mas muda é capaz de limitar e mesmo controlar as políticas internas, a cultura, as relações entre as empresas, e o consumo desses países periféricos. Tal afirmação leva autores como Campos (2015, p. 20) afirma que “Mais do que um mero efeito refratário do imperialismo do pós-guerra, o tipo de ampliação da valorização capitalista que atinge o espaço periférico nesse momento, qualifica o estágio imperialista como um todo.”

#### **4. Conclusão**

Com a solidificação das grandes nações como EUA, França e Alemanha no século XIX, a concorrência se tornou cada vez mais acirrada entre esses países, somando a Inglaterra. O excedente de capital criado nessas nações juntamente com a concentração e centralização de capital, o desenvolvimento dos grandes monopólios, dos trustes e carteis foi o que ressaltou a importância e a necessidade como forma de expansão capitalista, da exportação de capital, em especial para periferia do sistema onde o capitalismo ainda não se encontrara bem estabelecido. A exportação de capital se tornou, nesse momento, a principal e mais sutil forma de expansão capitalista, possuindo seu objetivo principal a busca por novos territórios de valorização e de domínio das fontes de matérias primas. O acirramento da rivalidade entre as grandes potências imperialistas criou a necessidades de novas formas de controle e domínio dos países periféricos, não importando nesse momento as medidas necessárias para que tal objetivo fosse alcançado, seja ele de forma diplomática ou militar. Dessa forma, o limiar colocado por autores como Lenin (2008) que de fato modificou as formas de expansão capitalista foram as duas Grandes Guerras Mundiais.

Esse período foi fundamental para a consolidação dos Estados Unidos como hegemônico tanto em fatores políticos, econômicos e militares, se tornando assim o novo líder na corrida imperialista do pós guerra. Esta hegemonia, entretanto, só se fez possível dado diversas razões tanto do cenário geopolítico, de agentes e acordos internacionais a seu favor, quanto das grandes indústrias norte-americanas e outros demais fatores. A expansão das grandes empresas multinacionais e o novo papel do investimento direto estrangeiro é o que determinara a chave da mudança da exportação de capital no pós guerra. A nova forma de organização das EMN se fortaleceu no sentido da instalação de filiais e subsidiárias nos países periféricos criando uma nova relação entre esses países e os centrais, uma nova forma de dependência diferente de qualquer outra na história do capitalismo. O domínio dos

países desenvolvidos passa a ser um domínio de dentro para fora no que diz respeito aos países periféricos, criando assim, um novo nexos imperialista entre esses países.

## 5. Bibliografia

- BARAN, Paul. *A economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *Capitalismo Monopolista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- BELLUZZO, L. G. & TAVARES, M. C. (2004). “*A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano*”. In: Fiori, J. L.”*O Poder Americano*”; Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.
- BROWN, Michael B. *Economia política do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- BUKHARIN, Nikolai. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- CAMPOS, Fabio. “Imperialismo e internacionalização dos mercados latino-americanos nos anos 1950”, *Revista Economia Ensaios*, Uberlândia, 30 (1), p. 07-34, Jul./Dez. 2015.
- CAMPOS, Fabio.; SABADINI, Mauricio. Hilferding e o nexos imperialista entre capital financeiro e exportação de capital. *Texto para discussão nº243*, Instituto de Economia – Unicamp, 2014.
- CORRÊA, Hugo. *Teorias do imperialismo no século XXI*: (In) Adequações do debate no marxismo. Niterói: 2012. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós Graduação em Ciências Econômicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- HILFERDING, Rudolph. *O capital financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- HYMER, Stephen. *Empresas multinacionais: a internacionalização do capital*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- HOBSBAWM, Erick J. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: Fase superior do capitalismo*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MAGDOFF, Harry. *A Era do imperialismo: a economia norte-americana*. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.
- MAGDOFF, Harry. *Imperialismo: da era colonial ao presente*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- MICHALET, Charles-Albert. *O capitalismo mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. Campinas, São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2002.
- PANITCH, L.; GINDIN, S. Capitalismo global e império norte-americano. In: PANITCH, L.; LEYS, C. *Socialist Register 2004: O novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p.19-70.
- PRADO JR, Caio. *Esboços dos fundamentos da teoria econômica*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- PEREIRA, Leandro. *Supremacia norte-americana e a gênese da ordem global: crítica ao mito dos “anos dourados” à luz dos imperativos imperialistas estadunidenses*. 2018. Tese (doutoramento) - Instituto de Economia - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2018.